

JOAQUIM BARROS MOURO (*)

FRAGMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE RÚSTICA NO CONCELHO DE VAGOS

Regra geral, em Portugal, nas regiões de predominância do minifúndio, o património de um agricultor não se transmite, por sua morte, em globo a um dos seus herdeiros. Bem ao contrário, a regra é a da sua fragmentação pelos vários herdeiros.

Mas sucede, em numerosos casos, que este fenómeno surge ainda acompanhado de um outro que é o da fragmentação dos próprios prédios que constituem a herança, por divisão de cada prédio pelos vários herdeiros existentes.

Confirmar ou infirmar estas ideias, comumente aceites, foi o que tentámos fazer numa região de minifúndio, concretamente o concelho de Vagos⁽¹⁾. Para tanto, procedemos a uma breve investigação no Cartório Notarial e na Repartição de Finanças de Vagos.

No Cartório Notarial procedemos à análise de escrituras de partilhas ali celebradas durante um determinado período. Optámos pelo ano de 1979, para que os dados tivessem a máxima actualidade. Dentro desse ano, decidimos limitar a nossa análise aos três primeiros meses, já que o volume de escri-

(*) Instituto Nacional de Investigação Agrária.

(1) O presente trabalho não é mais do que uma primeira aproximação ao problema da fragmentação da propriedade rústica. Integra-se num trabalho mais geral dirigido também ao estudo da fragmentação da exploração agrícola.

A escolha da zona deveu-se ao facto de nela estar em curso um trabalho de investigação, da responsabilidade do Eng. Vítor Barros (DEESA-INIA), dirigido ao estudo da exploração leiteira da Beira Litoral, não só nos seus aspectos técnico-económicos, mas também no da sua inserção no todo envolvente.

turas celebradas nesse período — 18 escrituras de partilhas ⁽²⁾, constitui uma amostra suficiente. Tivemos, aliás, o cuidado de observar as escrituras dos outros três trimestres de 1979, tendo podido comprovar as tendências gerais manifestadas nas 18 escrituras objecto da nossa análise.

Iremos pois, passar à análise de cada escritura para, por fim, extrairmos conclusões sobre as tendências que elas revelam e o seu significado. Em anexo, publicamos resumos das 18 escrituras, que deverão ser consultados à medida que estas forem sendo analisadas.

Antes, porém, cabe aqui fazer uma advertência relativamente ao sentido com que iremos utilizar a expressão *fragmentação predial* e ao critério que encontrámos para a medir.

Como iremos verificar, não são raros os casos em que, para além de os vários prédios rústicos constitutivos de uma herança serem, na partilha, distribuídos pelos vários herdeiros, alguns desses prédios ficam a pertencer não a um só dos herdeiros, mas, em compropriedade, a vários, cada um deles na titularidade de uma quota de cada prédio. Isto deve-se fundamentalmente ao facto de, não tendo os prédios, em geral, área suficiente para serem divididos pelos vários herdeiros, por força das disposições legais que proíbem o fraccionamento dos prédios rústicos para baixo de uma determinada área, considerada como mínima para uma exploração económica — a chamada *unidade de cultura* ⁽³⁾ — outra solução legal não existe que não seja a de ficarem os prédios a pertencerem aos vários herdeiros, em compropriedade. Só que, estes não vão proceder ao cultivo do(s) prédio(s), em conjunto. O que habitualmente logo fazem é proceder à demarcação no terreno das áreas que corresponderão às quotas que detêm, para, deste modo, cada um passar a cultivar o seu pedaço. Assim, embora não haja de imediato divisão do(s) prédio(s) no plano jurídico, há divisão física do prédio.

É neste sentido que falamos aqui em fragmentação predial.

Quanto aos critérios que nos permitiriam medir a fragmentação predial, optámos por utilizar o critério do número de prédios atingidos pela fragmentação. Assim, estabelecemos um quadro de classificação com 5 termos: fragmentação nula,

⁽²⁾ No 1.º trimestre de 1979, foram ainda celebradas três escrituras de partilhas decorrentes de divórcios, que não considerámos por se situarem fora do nosso campo de análise.

⁽³⁾ *Unidade de cultura* — Lei n.º 2116, de 14/8/62; Código Civil de 1966 (arts. 1376.º e segs.); e Portaria n.º 202/70, de 21/4.

fraca, média, forte e total. Considerámos como fraca a fragmentação que atinge um número de prédios que não exceda 33,3% do número total dos prédios em partilha; média entre 33,3% e 66,6%; forte quando o número de prédios fragmentados é superior a 66,6%.

Este critério carece, naturalmente, de inteiro rigor, já que não se entra em linha de conta com a importância relativa, nomeadamente em termos de rendimento, dos vários prédios. No entanto, também é conhecida a falibilidade do critério do rendimento, já que o rendimento colectável constante da matriz, além de por vezes ser inadequado, está em geral desactualizado.

Pareceu-nos, pois, que o critério do número constituía já um bom indicador, capaz de nos permitir retirar conclusões significativas.

Posto isto, passemos à análise pormenorizada de cada escritura.

Caso n.º 1

Trata-se de uma escritura de doação e partilha, ou seja, no mesmo acto são celebrados sucessivamente estes dois negócios jurídicos. Assim, a viúva doa a sua meação dos bens do casal ⁽⁴⁾ aos seus 7 filhos para que estes possam, de imediato, sem terem de aguardar o seu falecimento, proceder à partilha da totalidade dos bens do casal.

O património a partilhar consta de 27 prédios: 1 casa de habitação com quintal, 9 terras de cultura e 17 terrenos a

(4) O cônjuge sobrevivente tem direito à sua meação nos bens do casal por força do regime de comunhão geral de bens que, já não sendo, desde o Código Civil de 1966, o regime geral de bens do casamento, ainda hoje é o regime que mais frequentemente surge nas escrituras de partilha, por normalmente nestas estarem envolvidas pessoas casadas antes da entrada em vigor do referido Código.

Por outro lado, o Dec.-Lei n.º 496/77, de 25/11, que veio melhorar a posição do cônjuge sobrevivente relativamente à sucessão nos bens do cônjuge falecido, fazendo-o agora participar nessa sucessão em conjunto com os descendentes, ou, na falta, com os ascendentes, não tem quaisquer reflexos nos 18 casos estudados, pela simples razão de que o que conta para a abertura da herança é o momento da morte do *de cujus*, facto que, em todas estas escrituras, ocorreu antes da data da entrada em vigor — 1/4/78 — do referido Dec.-Lei n.º 496/77.

Estas as razões porque nos casos em apreciação, quando surge o cônjuge sobrevivente, este só tem direito à sua meação e não participa na partilha da meação do *de cujus*.

pinhal. Como se pode constatar, o património não passa integralmente a um dos herdeiros, antes se divide por todos eles. Caso se mantivesse a sua unidade, o herdeiro adquirente pagaria aos restantes, em dinheiro, o valor das suas quotas na herança. Assim, estes somente receberiam estes pagamentos em dinheiro, ou seja, as *tornas*, expressão da linguagem comum que o Direito acolheu. No caso presente, todos os herdeiros recebem prédios. As *tornas* que alguns também recebem (herdeiros n.ºs 1, 2 e 7) são de pequeno montante e decorrem de um mero acerto de contas a que é necessário recorrer dada a natural diferença de valores dos prédios que constituem os vários lotes ⁽⁶⁾.

Verifica-se pois *fragmentação do património*.

Quanto à *fragmentação predial*, ela é *fraca* pois somente 4 dos 27 prédios (n.ºs 1, 5, 10 e 17) ficam em regime de compropriedade entre 2 ou 3 dos herdeiros.

Caso n.º 2

Nesta escritura, 7 herdeiros partilham 41 prédios. Verifica-se *fragmentação do património* pelos vários herdeiros, sendo de pequeno montante as *tornas* que alguns recebem.

Verifica-se ainda *fragmentação predial* que podemos classificar de *média*. De facto, 17 dos 41 prédios ficam em regime de compropriedade. Registe-se que, desses 17 prédios, somente 2 (prédios n.ºs 3 e 11) ficam em compropriedade de 2 herdeiros. Nos restantes 15 prédios participam mais de 2 herdeiros, atingindo-se nalguns deles uma complexidade extrema. Tomem-se, por exemplo, os prédios n.ºs 16, 17 e 40, em cuja propriedade somente o 2.º herdeiro não participa.

Caso n.º 3

A viúva doa a sua meação aos seus 2 filhos que, assim, partilham todo o património do casal.

Verifica-se *fragmentação do património*, sendo de pequena monta as *tornas* pagas pelo 1.º ao 2.º herdeiro.

Quanto à *fragmentação predial*, ela é *fraca*, pois só se verifica em 1 dos 9 prédios.

(6) Nesta região, as expressões *sortes*, *folhas* e *montes* são comumente utilizadas para designar os lotes.

Caso n.º 4

Neste caso, a viúva, em vez de doar a sua meação aos seus 8 filhos, entra também na partilha, recebendo tornas relativas ao seu quinhão. No entanto, o resultado da partilha é semelhante ao de uma escritura de doação e partilha em que a viúva doasse a sua meação aos filhos para estes, de seguida, procederem à partilha. De facto, tanto num como noutro caso, a totalidade dos bens do casal é repartida somente pelos filhos. E não nos repugna acreditar que as tornas atribuídas à viúva não terão sido efectivamente recebidas. Por outro lado, a vantagem do sistema utilizado é evidente: evita-se a elevada onerosidade do imposto que incide sobre as doações.

Verifica-se *fragmentação do património* pelos 7 herdeiros, constatando-se ainda a existência de tornas de pequeno montante a favor de um só dos herdeiros.

A *fragmentação predial* é fraca, pois só se verifica em 1 dos 16 prédios.

Caso n.º 5

Verifica-se *fragmentação do património*. No entanto, 1 dos herdeiros recebe tornas na totalidade do seu quinhão. As restantes tornas, a favor de 4 dos 5 herdeiros, são de pequena monta.

A *fragmentação predial* é forte, somente lhe escapando 3 dos 10 prédios (n.ºs 2, 5 e 9). E verificam-se compropriedades de 4, 3 e 2 herdeiros, respectivamente, no prédio n.º 3, prédios n.ºs 8 e 10 e prédios n.ºs 1, 4, 6 e 7.

Caso n.º 6

Verifica-se *fragmentação do património*. O montante das tornas pagas pelo 1.º ao 2.º herdeiro é elevado face ao valor dos bens recebidos por este último. Contudo, o seu significado resulta atenuado se atentarmos que é procedimento corrente atribuir aos bens, na escritura, um valor muito baixo — normalmente só se cobre ligeiramente o valor inscrito na matriz — para evitar maiores encargos fiscais e maiores despesas com a escritura. De qualquer modo, o presente caso parece apontar para uma distribuição dos bens um tanto desigual — note-se que o herdeiro n.º 1 ficou com o prédio urbano — o que terá obrigado a uma compensação em dinheiro que atingiu mon-

tante bem mais elevado do que acontece nas tornas para mero acerto de contas.

Quanto à *fragmentação predial*, ela é *fraca*, pois só surge relativamente a 2 dos 10 prédios (n.ºs 3 e 4).

Caso n.º 7

Há *fragmentação do património*. E, dos 15 herdeiros, somente 2 recebem tornas de pequeno montante.

Há *média fragmentação predial*. 15 dos 31 prédios ficam em compropriedade de 2, 3 e 4 herdeiros. O prédio n.º 2 fica a pertencer a 4 herdeiros (1.º, 2.º, 3.º e 12.º), em proporções diferentes ($1/6$, $1/6$, $1/6$ e $1/2$).

Caso n.º 8

Neste caso, verifica-se *fragmentação do património*, acompanhada de *total fragmentação predial*. De facto, o único prédio em partilha fica a pertencer, em compropriedade, a todos os herdeiros, em proporções diferentes, consoante o direito de cada um.

Caso n.º 9

Trata-se de uma escritura de partilha adicional, ou seja, o património já fora partilhado, mas tinham ficado de fora 2 prédios que agora se partilham.

A viúva não doa a sua meação ao filho, que é o herdeiro universal da meação de seu pai.

Há *fragmentação do património*, já que os 2 prédios existentes não se transmitem a um só dos partilhantes. As tornas recebidas pelo filho são de pequeno montante.

Quanto à *fragmentação predial*, ela verifica-se relativamente a 1 dos 2 prédios, pelo que se pode considerar como *média*.

Caso n.º 10

A viúva doa a sua meação aos seus 6 filhos, reservando para si o usufruto vitalício.

Verifica-se *fragmentação do património* pelos vários herdeiros. As tornas pagas pelo terceiro herdeiro a todos os res-

tantes são de pequeno montante e resultam de àquele ter sido atribuída a casa de habitação.

Verifica-se ainda *fraca fragmentação predial*: 2 dos 8 prédios em partilha (n.ºs 2 e 6).

Caso n.º 11

Este é 1 dos dois únicos casos em que *não se verifica fragmentação do património*, que passa integralmente a um dos dois filhos, recebendo o outro tornas na totalidade do seu quinhão.

No entanto, o facto de ambos os herdeiros serem irmãos, residirem no mesmo lugar e o herdeiro que recebeu tornas ser mulher, solteira e maior, em muito atenua a importância da não fragmentação ocorrida, podendo inferir-se que outra solução, diferente desta, teria sido encontrada, caso se verificasse diferente circunstancialismo, nomeadamente se esse herdeiro não fosse uma mulher solteira e maior, perfil que, como é sabido, não é o habitual de um chefe de exploração agrícola. Se, por exemplo, esta herdeira fosse uma mulher casada, outra solução teria sido concertada adoptada já que lhe interessaria receber prédios com que aumentaria a área da exploração agrícola em que, ao lado do seu marido, participa.

Caso n.º 12

A viúva doa aos seus 2 filhos a sua meação, a fim de estes procederem à partilha da totalidade dos bens do casal. Em contrapartida, os filhos asseguram a sua manutenção.

Da partilha, resulta *fragmentação do património* sendo de pequeno montante as tornas recebidas pelo 1.º herdeiro.

Há ainda fragmentação predial, já que 4 dos 6 prédios ficam a pertencer, em compropriedade, aos 2 herdeiros. Se repararmos que os 2 únicos prédios fragmentados são construções (1 casa de habitação e 1 casa de lavoura), podemos considerar que no caso presente se verifica *total fragmentação predial*, já que os prédios destinados à cultura assumem, na perspectiva da exploração agrícola, uma importância muito especial.

Caso n.º 13

Verifica-se *fragmentação do património*. As tornas recebidas por 4 dos 6 herdeiros são de pequeno montante.

Verifica-se ainda *fragmentação predial*, que podemos classificar de *forte*, dado que, não sendo fragmentados apenas 3 dos 6 prédios existentes, se constata que 1 deles é uma casa de habitação que, aliás, já surge fragmentada.

Caso n.º 14

Verifica-se *fragmentação do património*. As tornas recebidas pelos 1.º e 2.º herdeiros são de pequena monta.

A *fragmentação predial* é *fraca*, atingindo apenas 2 dos 26 prédios (n.ºs 11 e 26).

Caso n.º 15

A viúva doa a sua meação aos seus 4 filhos que, em contrapartida, lhe asseguram a sua manutenção.

Verifica-se *fragmentação do património*. As tornas recebidas pelos 1.º e 2.º herdeiros são de pequeno montante.

Verifica-se *fraca fragmentação predial*, pois somente 1 dos 15 prédios é atingido (prédio n.º 7).

Caso n.º 16

A viúva doa a sua meação aos seus 3 filhos que, em contrapartida, lhe asseguram a sua manutenção.

Verifica-se *fragmentação do património*, sendo de pequeno montante as tornas pagas pelo 1.º aos 2.º e 3.º herdeiros.

Verifica-se ainda fragmentação de 6 dos 26 prédios existentes — *fraca fragmentação predial*.

Caso n.º 17

Nesta escritura, são celebrados 3 negócios jurídicos sucessivos. A viúva começa por doar a sua meação às suas 2 filhas. Estas procedem, então, à partilha, ficando cada uma com metade de todos os prédios. De seguida, porém, uma das filhas doa à outra o quinhão que lhe coube na partilha, reservando para si o usufruto vitalício desses bens e ficando a sua manutenção a cargo da beneficiária. De registar que a filha doadora reside no mesmo lugar da beneficiária, é solteira e maior.

A solução final do presente caso é muito semelhante à do caso n.º 11, atrás analisado. De facto, a totalidade dos prédios em partilha acaba por passar na íntegra a um só dos herdeiros. A diferença essencial dos dois casos reside apenas nas diversas formas de compensação encontradas para a herdeira que abdica dos bens: enquanto no caso n.º 11, ela recebe tornas, no presente caso ela fica a cargo do herdeiro adquirente e ainda com o usufruto vitalício do seu quinhão. De salientar que, tanto num como noutro caso, os herdeiros que não recebem bens enquadram-se numa mesma tipologia: são mulheres, maiores e solteiras. O que, como referimos no caso n.º 11, nos permite concluir que certamente ocorreria fragmentação da exploração, se estivéssemos perante outro circunstancialismo que não este.

Caso n.º 18

O viúvo não doa a sua meação. Procede-se à partilha, de que resulta a *fragmentação do património*. As tornas pagas pelo pai à filha são de pequeno montante.

Neste caso, *não há fragmentação dos prédios* existentes.

CONCLUSÕES

1. *Fragmentação do património*

Podemos concluir serem raríssimos os casos em que se não verifica fragmentação do património rústico familiar, ou seja, a regra geral é a de o património de um agricultor se pulverizar no acto da partilha, com a consequente distribuição pelos seus herdeiros dos vários prédios rústicos que o integravam.

De facto, entre 18 casos, somente em 2 deles, o património é transmitido em globo para um dos herdeiros. E, como atrás se referiu, não será muito arriscado afirmar que só não ocorre também nestes 2 casos, fragmentação do património, por se verificar, em ambos, um circunstancialismo muito próprio.

Assim a regra é a da *fragmentação do património, por via da sucessão*.

Como consequência, as tornas não podiam surgir com importância significativa, podendo-se dizer que, em regra, ou não existem ou são de reduzida importância.

De facto, quando surgem, constituem, na esmagadora maioria dos casos, uma mera forma de acerto de contas entre os vários lotes da herança. E os poucos casos em que surgem com significado próprio (escrituras n.ºs 4, 5, 6 e 11), esse significado resulta atenuado, atentas as circunstâncias de cada caso (veja-se o que ficou dito atrás, na análise destas escrituras).

2. Fragmentação predial

De acordo com o critério atrás referido, enquadram-se os 18 casos estudados, do seguinte modo:

Fragmentação predial

	Nula	Fraca	Média	Forte	Total
n.os 11 (*)		n.os 1	n.os 2	n.os 5	n.os 8
17 (*)		3	4	13	12
18		6	7		
		10	9		
		14			
		15			
		16			
Total	3	7	4	2	2

Podemos, assim, constatar que:

- 1 — *Em cerca de metade dos casos, a fragmentação predial é média, forte e total.*
- 2 — *Nos casos restantes, na sua esmagadora maioria, existe ainda fragmentação predial, embora fraca.*

Verificamos pois, que por via da sucessão não só se fragmenta o património de um agricultor, como se fragmentam ainda, em número significativo de casos, os próprios prédios rústicos que o constituíam. Como atrás referimos, a fragmentação dos prédios verifica-se, de imediato, não no plano

(*) Nos casos n.ºs 11 e 17, não tendo havido fragmentação do património, que passou integralmente a 1 dos herdeiros, logicamente não poderia haver fragmentação dos prédios que constituem a herança. Daí que, se poderia até levantar a questão de saber se estes 2 casos deveriam ou não figurar no presente quadro.

jurídico, a que obstam os comandos legais que proíbem o fracionamento, mas sim no plano físico. Esta última afirmação permitimo-nos fazê-la, por duas razões: em 1.º lugar, este é um dado confirmado pela nossa observação corrente; em 2.º lugar, porque a pudemos constatar no caso presente por via de dados que colhemos na Repartição de Finanças de Vagos e que passamos a referir.

Em 1960, o número de artigos constantes da matriz predial rústica de todo o concelho de Vagos era de 39.003. Em 1970, esse número era de 48.819. Cabe aqui esclarecer que a cada prédio rústico é conferido um artigo, ou seja, um número, pelo que, dizer que existe um dado número de artigos é o mesmo que dizer que existe o mesmo número de prédios rústicos. Ora, de 1960 para 1970, houve um acréscimo de cerca de 10.000 prédios (+25%). Qual a razão deste substancial acréscimo verificado numa simples década? A resposta é simples e elucidativa: é que, em 1966, procedeu-se à avaliação geral do concelho com vista à actualização do rendimento da matriz predial rústica e, numa avaliação deste tipo, levada a efeito por *louvados* ⁽¹⁾ designados pelo fisco, com fins exclusivamente fiscais, não se olha aos prédios como realidades jurídicas, mas tão só como realidades físicas. Deste modo, perante um prédio que, por via da sucessão, pertence a vários proprietários, os *louvados* irão considerar não um prédio, mas tantos prédios quantos os proprietários que, de facto, se comportam como proprietários exclusivos dos vários pedaços em que o prédio se encontra fisicamente dividido.

E assim se explica que de 1960 para 1970 o número de artigos da matriz predial rústica se tenha elevado de 39.003 para 48.819, quando de 1970 para 1979 o acréscimo foi de apenas 71 prédios (em 1979 — 48.890 artigos) ⁽²⁾ ⁽³⁾.

⁽¹⁾ *Louvados* é a expressão comum que designa os avaliadores.

⁽²⁾ Este acréscimo de 71 prédios em 9 anos é considerado normal. É que, numa avaliação geral de âmbito concelhio, há sempre uma pequena percentagem de erro, por defeito. Ou seja, há sempre um pequeno número de prédios rústicos que escapam à avaliação e a que irão sendo atribuídos artigos próprios, normalmente à medida a que os respectivos titulares, querendo transaccioná-los, descobrem não estarem ainda inscritos na matriz.

⁽³⁾ Outros dados foi possível retirar da nossa breve investigação. Um deles respeita ao comportamento dos emigrantes face às questões em estudo. Como se poderá constatar da análise dos 18 casos, os emigrantes não só não abdicam de receber prédios, como ainda geralmente pagam tornas. De facto, nos casos n.ºs 1, 13, 14 e 15, de um total de 9 emigrantes interessados nas partilhas, somente 1 recebe tornas, de pequeno montante. Todos os outros pagam tornas, embora também de pequeno montante.

ANEXO

1. *Escritura de doação e partilha* (celebrada em 5/1/79).

Herdeiros: 7 (filhos)

Prédios: n.º 1 — prédio misto composto de casa de habitação e quintal; n.ºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 — terras lavradas; n.ºs 11 a 27 — terrenos a pinhal.

Partilha: O 1.º herd. recebeu 4/5 do prédio n.º 1 e tornas; o 2.º herd. — n.ºs 3 e 27, 1/3 do n.º 10 e tornas; o 3.º herd. — n.ºs 7, 8 e 9 e 1/2 do n.º 17; o 4.º herd. — n.ºs 6, 14, 16, 18, 20, 26 e 1/2 do n.º 5; o 5.º herd. — n.ºs 2, 21, 23 e 1/2 do n.º 5; o 6.º herd. — n.ºs 4, 11, 15, 19, 24, 25 e 1/3 do n.º 10 e o 7.º herd. — n.ºs 12, 13, 22, 1/5 do n.º 1, 1/3 do n.º 10, 1/2 do n.º 17 e tornas.

Nota: Os herdeiros 3.º, 4.º e 5.º residem em França, os restantes residem na freguesia de situação dos prédios.

A viúva doa a sua meação aos filhos.

2. *Escritura de partilha* (celebrada em 17/1/79).

Herdeiros: 7

Prédios: n.ºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 — terras lavradas e pinhal; n.º 3 — terreno a pastagem e pinhal; n.ºs 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 30, 35, 36 e 38 — terrenos a pinhal; n.ºs 12, 20 e 21 — terrenos a pastagem; n.º 16 — terra lavrada, vinha e pinhal; n.ºs 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 34 e 41 — terras lavradas; n.º 25 — terreno a vinha; n.º 32 — terra de cultura e vinha; n.º 33 — terreno a pastagem e vinha; n.º 37 — casa de habitação e quintal; n.º 39 — terreno a mato; e n.º 40 — 1/2 de terra a mato.

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 4, 7, 8, 10, 25, 26, 29, 30, 1/2 dos n.ºs 3 e 11 e 1/4 dos n.ºs 16, 17 e 40; 2.º herd. — n.ºs 5, 9, 41 e tornas; 3.º herd. — n.ºs 13, 18, 22, 23, 24, 1/2 dos n.ºs 3, 6, 11 e 19 e 1/4 dos n.ºs 16, 17 e 40 e tornas; 4.º herd. — n.ºs 1, 2, 14, 27, 33, 35, 36, 38, 1/2 dos n.ºs 12, 37 e 39 e 1/4 dos n.ºs 16, 17 e 40; 5.º, 6.º e 7.º herdeiros — em comum e na proporção de 4/6 para o 5.º, 1/6 para o 7.º e 1/6 para o 6.º, dos prédios n.ºs 15, 20, 21, 28, 31, 32 e 34, 1/2 dos n.ºs 6, 12, 19, 37 e 39 e 1/4 dos n.ºs 16, 17 e 40 e tornas.

Nota: Todos os herdeiros residem na freguesia de situação dos prédios, excepto o 2.º herdeiro que reside na freguesia de Fátima, concelho de Vila Nova de Ourém.

3. *Escritura de doação e partilha* (celebrada em 24/1/79).

Herdeiros: 2 (filhos)

Prédios: n.º 1 — casa de habitação e quintal; n.º 2 — 1/4 de terreno a pinhal e mato; n.º 3 — terreno a pastagem; n.º 4 — terreno a pastagem e pinhal; n.º 5 — praia de junco; n.ºs 6 e 7 — terras lavradas; n.º 8 — terreno a vinha; n.º 9 — terreno a pinhal e mato.

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 2, 3, 5, 7, 8 e 4/5 do n.º 4; e 2.º herd. — n.ºs 1, 6, 9, 1/5 do n.º 4 e tornas.

Nota: A viúva doa a sua meação aos filhos.

4. *Escritura de partilha* (celebrada em 29/1/79).

Herdeiros: 8 (filhos)

Prédios: 16

Partilha: Viúva — tornas; 1.º herd. — n.ºs 5, 6, 15 e 16; 2.º herd. — 1/2 do n.º 1; 3.º herd. — n.ºs 10 e 12; 4.º herd. — n.ºs 3, 4, 8 e 13; 5.º herd. — n.ºs 7, 9 e 11; 6.º herd. — n.º 2 e tornas; 7.º herd. — 1/2 do n.º 1; 8.º herd. — n.º 14.

Nota: Neste caso, a viúva, em vez de doar aos filhos a sua meação, como é habitual, «recebeu» tornas correspondentes à referida meação.

5. *Escritura de partilha* (celebrada em 29/1/1979).

Herdeiros: 10 (filhos)

Prédios: n.ºs 1, 3, 4 e 5 — terras lavradas; n.ºs 2, 6 e 10 — 1/2 de terras lavradas n.ºs 7, 8 e 9 — terrenos a pinhal.

Partilha: 1.º herd. — 1/3 dos n.ºs 8 e 10 e tornas; 2.º herd. — n.º 5, 1/4 do n.º 3 e 1/2 do n.º 4; 3.º herd. — 1/3 dos n.ºs 8 e 10 e tornas; 4.º herd. — 1/4 do n.º 3 e 1/2 dos n.ºs 6 e 7; 5.º herd. — 1/3 dos n.ºs 8 e 10 e tornas; 6.º herd. — 1/4 do n.º 3, 1/2 dos n.ºs 6 e 7; 7.º herd. — 1/4 do n.º 3, 1/2 do n.º 4 e 1/2 do n.º 1; 8.º herd. — tornas; 9.º herd. — n.º 2 e tornas; e 10.º herd. — n.º 9 e 1/2 do n.º 1.

6. *Escritura de partilha* (celebrada em 29/1/79).

Herdeiros: 2 (filhos)

Prédios: n.º 1 — prédio misto, composto de casa de habitação e quintal; n.ºs 2, 3, 6 e 8 — terrenos a mato; n.ºs 4 e 9 — terrenos a pinhal; n.º 5 — terreno a pousio; n.º 7 — terreno a mato e eucaliptos; e n.º 10 — prédio urbano em Chelas (Lisboa)..

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 2, 5, 7, 9, 10 e 1/2 dos n.ºs 3 e 4; 2.º herd. — n.ºs 1, 6, 8, 1/2 dos n.ºs 3 e 4 e tornas.

Nota: O 2.º herdeiro recebeu de tornas 83.670\$00, enquanto que o valor dos seus bens é de 16.640\$00. Os dois herdeiros residem no concelho de Vagos.

7. *Escritura de partilha* (celebrada em 1/2/79).

Herdeiros: 15 (sobrinhos, etc.)

Prédios: 31 (em 5 freguesias)

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 16, 24, 1/6 do n.º 2, 1/2 dos n.ºs 5, 10, 20 e 29, 2/3 do n.º 7, 1/4 do n.º 27 e tornas; 2.º herd. — n.º 26, 1/6 do n.º 2, 1/2 dos n.ºs 6 e 23 e tornas; 3.º herd. — n.ºs 3, 4, 8, 9, 12, 30, 1/6 do n.º 2, 1/2 dos n.ºs 17, 25 e 31 e 1/4 do n.º 27; 4.º herd. — 1/4 do n.º 27; 5.º herd. — 1/4 do n.º 6; 6.º herd. — 1/4 do n.º 6; 7.º herd. — 1/2 dos n.ºs 5 e 29; 8.º herd. — n.º 15 e 1/4 do n.º 23; 9.º herd. — 1/3 do n.º 7; 10.º herd. — 1/4 do n.º 27; 11.º herd. — n.ºs 13, 14, 19 e 28; 12.º herd. — 1/2 dos n.ºs 2 e 22; 13.º herd. — n.º 12; 14.º herd. — 1/2 dos n.ºs 22 e 31; e 15.º herd. — n.º 18 e 1/4 do n.º 23.

8. *Escritura de partilha* (celebrada em 14/2/79).

Herdeiros: 6 (filhos e netos)

Prédios: 1 — terra lavradia e pinhal

Partilha: 1.º e 2.º herd. — $1/4$ em comum, na proporção de $4/24$ para o 1.º e $2/24$ para o 2.º; 3.º herd. — $1/4$; 4.º herd. — $1/4$; 5.º e 6.º herd. — $1/4$ em comum, na proporção de metade para cada um ($3/24$ cada).

9. *Escritura de partilha (adicional)* (celebrada em 19/2/79).

Herdeiros: 1 (mulher — s/ meação, filho — herdeiro universal da meação do pai)

Prédios: n.º 1 — prédio misto, composto de casa de habitação e quintal; e n.º 2 — terra lavradia.

Partilha: 1.º part. (mulher) — n.º 2 e $1/2$ do n.º 1; 2.º part. (filho) — $1/2$ do n.º 1 e tornas.

10. *Escritura de doação e partilha* (celebrada em 20/2/79).

Herdeiros: 6 (filhos)

Prédios: n.º 1 — casa de habitação e quintal; n.ºs 2, 3 e 5 — terras lavradas; n.º 4 — terra lavradia com praia de junco; n.ºs 6 e 8 — terrenos a pinhal; e n.º 7 — terra de cultura e brejo.

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 4, 8, $2/5$ do n.º 2 e tornas; 2.º herd. — n.º 7, $1/3$ do n.º 6 e tornas; 3.º herd. — n.º 1; 4.º herd. — n.º 3, $1/5$ do n.º 2 e tornas; 5.º herd. — $2/5$ do n.º 2, $2/3$ do n.º 6 e tornas; e 6.º herd. — n.º 5 e tornas.

Nota: Nesta escritura, a viúva faz doação da sua meação aos seus 6 filhos, reservando o usufruto vitalício.

11. *Escritura de partilha* (celebrada em 21/2/79).

Herdeiros: 2 (filhos)

Prédios: 21 (5 terras de cultura, 11 pinhais, 1 casa de habitação, 1 pomar, 1 terreno a ervagem e 1 praia de junco).

Partilha: 1.º herd. — todos os prédios; e 2.º herd. — tornas (40.870\$00).

Nota: Ambos os herdeiros residem no mesmo lugar e a filha que recebeu tornas é solteira e maior.

12. *Escritura de doação e partilha* (celebrada em 26/2/79).

Herdeiros: 2 (filhos)

Prédios: n.º 1 — casa de habitação; n.º 2 — casa de lavoura em ruínas; n.ºs 3, 4, 5 e 6 — terras lavradas.

Partilha: 1.º herd. — $2/3$ do n.º 3, $1/2$ dos n.ºs 4, 5 e 6 e tornas; 2.º herd. — n.ºs 1 e 2, $1/3$ do n.º 3 e $1/2$ dos n.ºs 4, 5 e 6.

Nota: Nesta escritura, a viúva doa aos 2 filhos a sua meação, a fim de eles procederem desde já à partilha, com o encargo de os filhos tomarem a seu cargo a sua alimentação, vestuário, alojamento e tratamento em caso de doença.

13. *Escritura de partilha* (celebrada em 28/2/79).

Herdeiros: 6 (filhos)

Prédios: n.º 1 — 1/2 de casa de habitação e quintal; n.º 2 — 2/3 de terreno a mato; n.º 3 — terreno a pousio; n.º 4 — terreno a vinha; n.ºs 5 e 6 — terrenos a pinhal.

Partilha: 1.º herd. — 12/29 do n.º 2 e tornas; 2.º herd. — 1/2 do n.º 3, 1/3 do n.º 4 e tornas; 3.º herd. — n.º 5 e 1/3 do n.º 4; 4.º herd. — 12/29 do n.º 2 e tornas; 5.º herd. — n.ºs 1 e 6 e 5/29 do n.º 2; 6.º herd. — 1/2 do n.º 3, 1/3 do n.º 4 e tornas.

Nota: O 2.º herdeiro reside nos E.U.A. e o 3.º em França.

14. *Escritura de partilha* (celebrada em 15/3/79).

Herdeiros: 5 (filhos)

Prédios: n.º 1 — prédio misto, composto de casa de habitação e quintal; n.ºs 2, 5, 19, 20, 23 e 24 — terras de cultura; n.ºs 4, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 18 e 22 — terrenos a mato; n.ºs 3 e 15 — 1/2 de terrenos a mato e pinhal; n.ºs 6 e 13 — 1/2 de terrenos a pousio; n.ºs 7 e 14 — 1/2 de terras de cultura; n.ºs 12, 21 e 25 — terrenos a vinha; e n.º 26 — terreno a pousio.

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 1/4 dos n.ºs 11 e 26 e tornas; 2.º herd. — n.ºs 23, 24 e 25, 3/4 dos n.ºs 11 e 26 e tornas; 3.º herd. — n.ºs 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18; 4.º herd. — n.ºs 19, 20, 21 e 22; e 5.º herd. — n.ºs 1, 2, 3 e 4.

Nota: Os herdeiros 3.º, 4.º e 5.º residem no Rio de Janeiro.

15. *Escritura e doação e partilha* (celebrada em 21/3/79).

Herdeiros: 4 (filhos)

Prédios: 15

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 4, 6 e 8, 1/2 do n.º 7 e tornas; 2.º herd. — n.ºs 13, 14 e tornas; 3.º herd. — n.ºs 1, 2, 10, 12 e 15 e 1/2 do n.º 7; e 4.º herd. — n.ºs 3, 5, 9 e 11.

Nota: Nesta escritura, a viúva doa a sua meação aos 4 filhos, com o encargo de estes tomarem a seu cargo a sua alimentação, vestuário, alojamento e tratamento em caso de doença.

O 3.º herdeiro reside na Venezuela.

16. *Escritura de doação e partilha* (celebrada em 21/3/79).

Herdeiros: 3 (filhos)

Prédios: n.ºs 1, 3, 19, 22 e 23 — terrenos a mato; n.ºs 2, 24 e 25 — terrenos a pousio; n.ºs 4 e 12 — terrenos a vinha; n.º 5 — prédio misto composto de casas de habitação, terra lavradia e vinha; n.º 6 — terreno a mato e pinhal; n.ºs 7, 8, 14 e 15 — terrenos a pinhal; n.ºs 9, 11, 13 e 26 — terras lavradias; n.º 10 — terreno a pastagem; n.º 16 — 2/5 de terreno a pinhal; n.º 17 — 2/5 de terra lavradia; n.ºs 18 e 21 — 1/2 de terras lavradias; e n.º 20 — terra lavradia e vinha.

Partilha: 1.º herd. — n.ºs 1, 4, 7, 9, 15, 16, 17, 18 e 22, 1/3 dos n.ºs 2 e 11 e 1/2 dos n.ºs 12, 13 e 24; 2.º herd. — n.ºs 6, 10, 14, 20 e 25, 1/3 dos n.ºs 2 e 11, 1/2 dos n.ºs 5 e 13 e tornas; e 3.º herd. — n.ºs 3, 8, 19, 21, 23 e 26, 1/3 dos n.ºs 2 e 11, 1/2 dos n.ºs 5, 12 e 24 e tornas.

Nota: Nesta escritura, a viúva doa a sua meação aos seus 3 filhos, a fim de eles procederem desde já à partilha, com o encargo de

tomarem a seu cargo a sua alimentação, vestuário, alojamento e tratamento em caso de doença e darem-lhe ainda cada um a pensão mensal de 500\$00.

17. *Escritura de doação, partilha e doação* (celebrada em 27/3/79).

Herdeiros: 2 (filhos)

Prédios: 47

Partilha: 1.º herd. — 1/2 de todos os prédios; e 2.º herd. — 1/2 de todos os prédios.

Nota: Nesta escritura, a viúva doa a sua meação às suas duas filhas que procedem à partilha ficando cada uma com metade de todos os prédios. Mas, logo de seguida, uma das filhas que é solteira, maior e reside no mesmo lugar da outra, faz doação a esta do quinhão que lhe coube na partilha, com reserva do usufruto vitalício para ela doadora e com o encargo de a donatária suportar todas as despesas com a sua manutenção, vestuário, alojamento e tratamento em caso de doença.

18. *Escritura de partilha* (celebrada em 29/3/79).

Herdeiros: 1 (marido — s/ meação; filha — herdeira universal da meação da mãe)

Prédios: 8

Partilha: 1.º part. (pai) — n.ºs 1, 3, 4, 7 e 8; e 2.º part. (filha) — n.ºs 2, 5, 6 e tornas.

Nota: O pai não doa a sua meação.